

MANDADO DE SEGURANÇA

CONCURSO PÚBLICO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ____ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO

IMPETRANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

IMPETRADO: _____

CARGO / FUNÇÃO: _____

ÓRGÃO / ENTIDADE: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

ASSUNTO: Mandado de Segurança com pedido de liminar

I – DOS FATOS

O Impetrante participou do concurso público para o cargo de _____ promovido pelo(a) _____,

cujo edital foi publicado em __/__/____, com a finalidade de prover vagas para o referido cargo.

No entanto, o(a) Impetrante sofreu ilegalidade/abuso de poder quando

_____ (descrever o fato que gerou a lesão ao direito).

Tal ato ilegal causou-lhe prejuízo direto, pois

_____.

II – DO DIREITO

O presente mandado de segurança é amparado pelo artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, que assegura a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data,

quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Ademais, o ato impugnado viola o princípio da legalidade, da impessoalidade e da ampla defesa, conforme os artigos 37 e 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como a legislação específica do concurso público.

III – DA LEGITIMIDADE

O Impetrante possui legitimidade para impetrar o presente mandado de segurança, uma vez que é diretamente atingido pelo ato ilegal praticado pelo Impetrado.

IV – DO PEDIDO LIMINAR

Requer-se a concessão de medida liminar para suspender os efeitos do ato impugnado, evitando-se dano irreparável ou de difícil reparação ao Impetrante, até o julgamento final do presente mandamus.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A concessão da medida liminar para suspender imediatamente os efeitos do ato ilegal praticado pelo Impetrado;
2. A notificação da autoridade coatora para prestar informações no prazo legal;
3. A intimação do Ministério Público para intervir no feito;
4. Ao final, a confirmação da liminar, concedendo-se a segurança para declarar a nulidade do ato impugnado, assegurando ao Impetrante seus direitos referentes ao concurso público mencionado;
5. A condenação do Impetrado ao pagamento das custas e demais despesas processuais, se houver;
6. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental e testemunhal;
7. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Impetrante pessoa pobre na acepção jurídica do termo.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local: _____

Data: _____

Nome do Advogado(a)

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/mandado-de-seguranca-concurso-publico/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.